



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 041, de 09 de junho de 2025

À Exma. Senhora
Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Senhora Presidente,

Apresentamos para apreciação e deliberação dessa Colenda Câmara Municipal de Vereadores, o presente Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo Municipal a renegociar, mediante aditivo contratual, as metas e obrigações previstas no Contrato nº 147/2023, firmado em decorrência da Concorrência Pública nº 003/2023, cujo objeto foi impactado por questões mercadológicas e pelo estado de calamidade pública declarado por meio do Decreto Municipal nº 7.589, de 02 de maio de 2024.

Dessa forma, diante das informações anteriormente expostas, as quais justificam o Projeto de Lei apresentado a essa Casa Legislativa, ficamos no aguardo da apreciação e aprovação do respectivo projeto pelos Ilustres Vereadores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 09 de junho de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito municipal.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 041, de 09 de junho de 2025.

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM A
RENEGOCIAR O DESCUMPRIMENTO DAS METAS
CONTRATUAIS PREVISTAS NO CONTRATO Nº 147/2023,
ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2023,
EM RAZÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
DECLARADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.589/2024,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a renegociar, mediante aditivo contratual, as metas e obrigações previstas no Contrato nº 147/2023, firmado em decorrência da Concorrência Pública nº 003/2023, cujo objeto foi impactado por questões mercadológicas e pelo estado de calamidade pública declarado por meio do Decreto Municipal nº 7.589, de 02 de maio de 2024.

Parágrafo único. A renegociação deverá observar os princípios da legalidade, da motivação, da transparência, da razoabilidade, da economicidade e do interesse público, podendo compreender:

- I – a readequação de prazos e cronogramas de execução contratual;
- II – a revisão proporcional das metas ou entregas inicialmente pactuadas;
- III – a suspensão parcial ou total de obrigações, enquanto perdurar a situação de anormalidade;
- IV – outras medidas necessárias à preservação do interesse público e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 2º. A renegociação prevista nesta Lei somente poderá ser formalizada mediante justificativa técnica e jurídica, devidamente instruída em processo administrativo específico, com demonstração dos impactos causados pela situação de calamidade pública à execução do contrato.

Art. 3º. A autorização prevista nesta Lei aplica-se exclusivamente para os efeitos previstos no artigo 1º, não gerando direito adquirido para situações futuras.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 09 de junho de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.